Art. 5.º O restabelecimento do pagamento dos juros e amortizações dos títulos da dívida pública referidos neste decreto diz respeito somente aos que tiverem sido carimbados nos termos do decreto n.º 9:761, de 3 de Junho de 1924.

Art. 6.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 4 de Maio de 1929. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — José Vicente de Freitas — Mário de Figueiredo — António de Oliveira Salazar — Júlio Ernesto de Moraes Sarmiento — Aníbal de Mesquita Guimarães — Manuel Carlos Quintão Meireles — José Bacelar Bebiano — Gustavo Cordeiro Ramos — Pedro de Castro Pinto Bravo.

MINISTÉRIO DA MARINHA

Direcção Geral da Marinha

Direcção da Marinha Mercante

Decreto n.º 16:818

Considerando que as regras actualmente usadas para a arqueação dos navios nos principais países marítimos são idênticas às das Merchant Shipping Acts (1894-1907) e instruções do Board of Trade;

Considerando que em Portugal essas regras foram tornadas obrigatórias pelo decreto n.º 9:902, de 5 de Julho de 1924;

Considerando que para garantir a exacta aplicação do decreto n.º 9:902 foi publicado o regulamento aprovado por decreto n.º 11:022, de 9 de Fevereiro de 1925;

Considerando que os artigos 81.º, 83.º e 97.º daquele regulamento indicam como deve ser medida a última bocadura a ré entre dois pavimentos sucessivos acima do pavimento de arqueações ou em espaços acima do pavimento superior, quando a embarcação tem pôpa redonda;

Tendo-se porém reconhecido que o processo indicado naqueles artigos pode conduzir por vezes a resultados pouco exactos e que as autoridades de outros países marítimos, em especial a Board of Trade, adoptam outros processos tendentes a uma melhor determinação do valor da última bocadura de ré nos casos acima referidos;

Atendendo a que o fim que se teve em vista com a publicação do decreto n.º 9:902 e seu regulamento, aprovado por decreto n.º 11:022, foi o de se obter para os nossos navios uma tonelagem de arqueação praticamente igual à determinada pela aplicação das regras em uso nos principais países marítimos, a fim de os navios portugueses gozarem nos portos estrangeiros de tratamento idêntico ao dispensado a navios de qualquer outra bandeira, para o que já foram concluídos acordos com diferentes países para o reconhecimento dos nossos certificados de arqueação;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º Os artigos 81.º, 83.º e 97.º do regulamento

aprovado por decreto n.º 11:022, de 9 de Fevereiro de 1925, passam a ter a nova redacção anexa ao presente decreto.

Art. 2.º Os armadores de embarcações nacionais já arqueadas pelas regras do decreto n.º 9:902, de pôpa redonda e com espaços situados acima do pavimento de arqueação ou do pavimento superior, definidos segundo o critério dos §§ 1.º e 2.º do artigo 1.º daquele decreto, poderão, caso o julgarem conveniente, requerer a rectificação da arqueação daqueles espaços, declarando sujeitar-se ao pagamento das verbas que lhes competirem segundo a tabela aprovada por decreto n.º 12:822, de 1 de Novembro de 1926.

Art. 3.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 4 de Maio de 1929. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — José Vicente de Freitas — Mário de Figueiredo — António de Oliveira Salazar — Júlio Ernesto de Moraes Sarmiento — Aníbal de Mesquita Guimarães — Manuel Carlos Quintão Meireles — José Bacelar Bebiano — Gustavo Cordeiro Ramos — Pedro de Castro Pinto Bravo.

Nova redacção dos artigos 81.º, 83.º e 97.º

do regulamento aprovado

por decreto n.º 11:022, de 9 de Fevereiro de 1925

Artigo 81.º A determinação de $\frac{A_0}{2}$ faz-se medindo primeiramente o comprimento a meia altura desde o fôrro interior ao lado da contra-roda, ou da roda, até o fôrro (caso exista) nas cambotas da pôpa.

Esse comprimento é dividido conforme a tabela seguinte:

$C \leq 15,24$ (30')	4 partes iguais
$15,24 < C \leq 36,58$ (120')	6 partes iguais
$36,58 < C \leq 54,86$ (180')	8 partes iguais
$54,86 < C \leq 68,58$ (225')	10 partes iguais
$C > 68,58$	12 partes iguais

e é sempre considerado na sua totalidade, não sendo afectado pelas discontinuidades do duplo fundo, como acontece ao comprimento de arqueação. Dêste modo se reconhece que as divisões do comprimento numa arqueação entre pavimentos sucessivos não coincidem em geral com as divisões a considerar no cômputo do volume sob o pavimento de arqueação (ver fig. 98).

A metade da altura entre os dois pavimentos e por cada ponto de divisão toma-se uma bocadura, segundo as regras indicadas nos artigos 48.º a 69.º No caso de embarcações de pôpa redonda toma-se para valor da última bocadura a ré, em vez do valor zero que realmente tem, o valor seguinte, com o qual se entra no quadro dos cálculos:

$$b_{n+1} = \frac{3nA}{L} - (b_1 + 4b_2 + 2b_3 + \dots + 4b_n) \dots \dots (1)$$

onde é

A = área, a meia altura entre pavimentos, obtida com um planímetro.

L = comprimento do espaço a arquear medido a meia altura.

n = número de partes em que foi dividido o comprimento L .

$b_1, b_2, b_3 \dots b_n$ = valor das bocaduras medidas pelos

pontos de divisão de L , a contar da bocadura da vante, inclusive.

b_{n+1} = valor da última bocadura de ré a introduzir no quadro dos cálculos.

Quando se não disponha de um planímetro proceder-se há do seguinte modo para determinação da última bocadura de ré a introduzir no quadro dos cálculos:

Determina-se o comprimento desde a extremidade de vante do espaço a medir até a altura correspondente ao gio grande ou à chapa de caverna que lhe corresponde nos navios de ferro e calcula-se, pela aplicação da regra de Simpson, o valor da área a meia altura do espaço a arquear, desde a sua extremidade de vante até a altura correspondente ao gio grande.

De igual modo se determina a área, a meia altura, compreendida entre o gio grande e a extremidade de ré do espaço a arquear.

Designando com A_1 e A_2 as duas áreas medidas, o valor de b_{n+1} será dado pela fórmula

$$b_{n+1} = \frac{3n(A_1 + A_2)}{L} - (b_1 + 4b_2 + \dots + 4b_n) \dots (2)$$

onde as letras n , L , b_1 , b_2 . . . . b_n e b_{n+1} têm a mesma significação que na fórmula 1.

As bocaduras são numeradas desde a proa. Multiplicam-se por 4 as bocaduras pares, por 2 as bocaduras ímpares, com excepção da primeira e última, b_1 e b_{n+1} .

Somam-se estes produtos com a primeira e última bocadura e multiplica-se esta soma pelo intervalo comum, $\frac{L}{n}$, entre os pontos de divisão do comprimento.

O resultado, dividido por 3, dá o valor da área $\frac{A_n}{2}$.

Tem-se portanto

$$\frac{A_n}{2} = \frac{n}{3} (b_1 + 4b_2 + 2b_3 + \dots + 2b_n - 1 + 4b_n + b_{n+1})$$

Artigo 83.º Quando, como sucede por vezes, a pôpa da embarcação for muito curta, não existindo então gio grande ou a chapa de caverna mais alta que lhe corresponde nos navios de ferro, a aplicação da fórmula 2 do artigo 81.º far-se há calculando a área A_1 , até a posição que teria o gio se realmente existisse e calculando a área A_2 desde essa posição até a extrema pôpa, sempre a meia altura do espaço a arquear.

Artigo 97.º Quando a embarcação tem pôpa redonda aplicam-se, para a determinação da última bocadura de ré, no caso de um salto ou castelo de pôpa, as regras

estabelecidas no artigo 81.º, com a advertência de que o valor de n será igual a 2.

Paços do Governo da República, 4 de Maio de 1929. — O Ministro da Marinha, *Anibal de Mesquita Guimarães*.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Bolsa Agrícola

Decreto n.º 16319

Considerando, conforme informação da Delegação da Bolsa Agrícola de Ponta Delgada, que a produção de trigo insular já foi consumida, o que origina a necessidade do abastecimento daquele distrito até o fim do actual ano cerealífero;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º E autorizada para o distrito de Ponta Delgada, para ocorrer ao seu abastecimento até o fim do actual ano cerealífero, a importação de 2.500:000 quilogramas de trigo exótico.

§ único. A Delegação da Bolsa Agrícola de Ponta Delgada compete a distribuição do trigo de que trata este artigo.

Art. 2.º O direito a cobrar pelo trigo importado ao abrigo deste decreto será de \$30 por quilograma.

Art. 3.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 4 de Maio de 1929. — ANTONIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — José Vicente de Freitas — Mário de Figueiredo — António de Oliveira Salazar — Júlio Ernesto de Morais Sarmiento — Anibal de Mesquita Guimarães — Manuel Carlos Quintão Meireles — José Bacelar Bebiano — Gustavo Cordeiro Ramos — Pedro de Castro Pinto Bravo.